

18 MAR 2015

FOLHA DE S. PAULO

Imóvel de Darcy

Ribeiro vira moradia de servidor do TJ-RJ

Durante inventário, apartamento de R\$ 3,8 milhões foi alugado pelo próprio órgão a mulheres de funcionários

Entre 1998 e 2014, aluguel cobrado era de R\$ 800, contra preço de mercado de R\$ 5 mil; tribunal diz ser normal

MARCO ANTÔNIO MARTINS
DO RIO

Em fevereiro de 1997, 14 dias antes de morrer, o senador e antropólogo Darcy Ribeiro, 75, deixou para a ex-mulher, então com 73 anos, a sua parte no apartamento que foi do casal, em Copacabana, zona sul do Rio. Pensava no conforto de Berta Gleizer Ribeiro, que morreria nove meses depois.

Mas quem acabou usufruindo do imóvel da rua Souza Lima avaliado em R\$ 3,8 milhões foram servidores do Tribunal de Justiça do Rio.

O apartamento de 276 metros quadrados — com quatro quartos e vasta biblioteca de obras de antropologia — virou residência deles entre 1998 e 2014, alugado a preços muito abaixo do mercado por um órgão do próprio TJ.

Nesse período, o imóvel teve como dois inquilinos mulheres de servidores da vara onde estava o processo de inventário dos bens de Berta.

O valor pago era de R\$ 800, contra um aluguel de merca-

do estimado em R\$ 5.000.

Nesse intervalo de 16 anos, o inventário da ex-mulher de Darcy sumiu três vezes das estantes do tribunal, no centro do Rio. A cada reaparecimento voltou com menos páginas.

A Central do Inventariante Judicial, órgão criado no TJ do Rio para administrar bens deixados por heranças no Estado do Rio, afirma que essa é uma “prática comum”.

A inventariante judicial Cristina Barsotti, coordenadora da central, diz que não há problema em alugar imóveis a juízes, desembargadores ou seus parentes.

“Nossa função é auxiliar o juiz e garantir a boa guarda e conservação do bem. Temos aqui juízes e desembargadores alugando imóveis. Isso é normal”, diz. “Podemos alugar para qualquer pessoa. Não posso discriminar”, afirma.

A Central do Inventariante administra 374 imóveis. Todos originários de heranças.

Na esteira do caso do juiz federal Flávio Roberto de Souza, flagrado dirigindo o Porsche do empresário Eike Batista que havia sido apreendido, o aluguel de imóveis que estão sob guarda judicial surpreende especialistas.

“Juízes ou servidores não podem usufruir de bens que estejam sob a sua direção. Is-

so representa uma promiscuidade”, diz Eliana Calmon, ex-corregedora do CNJ (Conselho Nacional de Justiça).

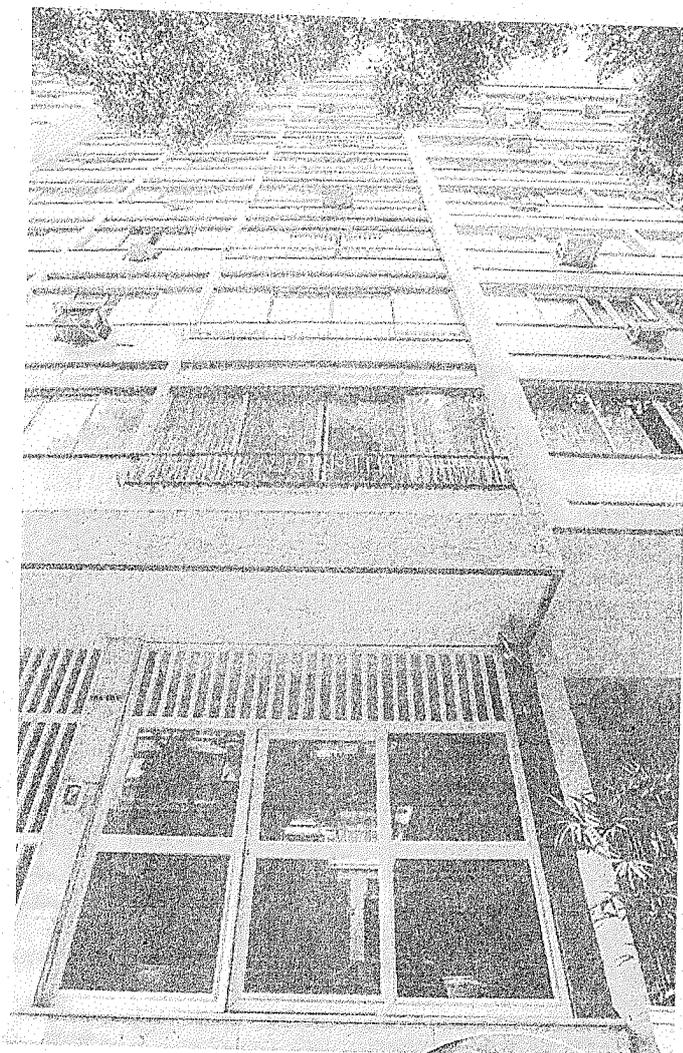
A partir do início do inventário, a Justiça define um curador que vai cuidar da conservação dos bens até que se possa definir um herdeiro habilitado ou que a herança seja declarada vacante, o que acontece após um ano da primeira publicação em edital.

Após cinco anos, os bens passam para a guarda do município. Normalmente, um imóvel é levado a leilão e o dinheiro revertido ao município.

Para o vice-presidente da OAB-RJ, Ronaldo Cramer, ao alugar o imóvel, o inventariante arrisca deteriorar o bem. Isso, segundo ele, só poderia ser feito quando se conclui que o antigo proprietário não tem herdeiros e o valor do aluguel ou venda do imóvel serviria para quitar dívidas que tenham sido deixadas pelo proprietário morto.

Só em janeiro deste ano, o imóvel passou a estar sob a guarda de Paulo Ribeiro, sobrinho de Darcy. “Precisamos entrar com ações judiciais para reaver o imóvel que foi do Darcy. Já briguei demais. Denunciei e nada”, afirma Ribeiro, presidente da fundação que conserva a memória do tio e de Berta Ribeiro.

CONTINUA



Ricardo Borges/Folhapr

>OUTROLADO< Servidora diz à Justiça que prática é 'praxe' no tribunal

DO RIO

Mary Nelma Galvão, primeira inventariante do apartamento de Berta Gleizer Ribeiro, ex-mulher de Darcy Ribeiro, não foi encontrada nesta terça (17). Em depoimento, ela disse que "inexiste regra a proibir aluguel de imóveis inventariados a funcionários públicos, o que seria praxe no âmbito deste tribunal".

Georgina Pinheiro, primeira locatária do imóvel, morreu em 2011. Seu marido, Sérgio Pinheiro, ex-servidor onde estava o processo, não foi encontrado para comentar o caso.

Eduardo Wrangler, segundo a alugar o imóvel, disse que não poderia falar. Em depoimento à Justiça, ele admitiu ter alugado o apartamento.

A corregedora do TJ do Rio, a desembargadora Maria Augusta Vaz, não se pronunciou. A atual coordenadora da Central do Inventariante Judicial do TJ, Cristina Barsotti, diz que não há "problema" no aluguel.

O juiz da 1ª Vara de Orfãos e Sucessões, João Damasceno, onde está o processo, disse que não comentaria.

Fachada do prédio onde está o apartamento com quatro quartos e 276 m² deixado por Darcy Ribeiro, em Copacabana, no Rio



Luciana Whiteker - 18.dez.1995/Folhapress

SAGA DO APARTAMENTO

Imóvel do antropólogo Darcy Ribeiro, morto em 1997, é alvo de polêmica

1 MORTE DA EX
Berta Gleizer morre nove meses após o ex-marido, Darcy Ribeiro. Ela morava no imóvel, cuja metade o antropólogo deixou para ela em testamento

2 ALUGUEL
Desde 2000, a servidora Mary Galvão, designada pela Justiça em 1998 para cuidar do imóvel, alugou-o para duas mulheres de funcionários do TJ do Rio

3 RETORNO
Em 2014, a Justiça retira o servidor do TJ que morava no local. Em jan.2015, as chaves do imóvel são entregues a Paulo Ribeiro, sobrinho de Darcy

18 MAR 2015

FOLHA DE S. PAULO Tribunal de SP julga improcedente ação contra livro 'Chatô'

Ex-empregada de Assis Chateaubriand pedia indenização por ser citada como sua amante

A juíza Elaine Faria Evaristo, da 20ª Vara Cível de SP, considerou improcedente uma ação movida contra a editora Companhia das Letras por ter publicado o livro "Chatô - O Rei do Brasil" (1994), biografia do empresário e jornalista Assis Chateaubriand (1892-1968) escrita por Fernando Morais.

A autora da ação, Helena Borges da Rocha, alegava que a biografia ofendia sua honra ao afirmar que ela foi amante de Chatô e ao publicar, sem autorização, sua fotografia.

Na ação, iniciada em 2010, Borges da Rocha pedia o recolhimento e a destruição de todos os exemplares do livro no mercado, a proibição de novas edições e uma indenização por danos morais, referente a 30% sobre o total das vendas dos exemplares.

No último dia 12, a juíza emitiu sentença, disponibilizada nesta terça (17) no site do Tribunal de Justiça de SP.

"Existe um legítimo interesse público em conhecer a vida de pessoas públicas e notórias", considerou a juíza. "Pelo menos nesse tempo em que a vida da autora [Borges da Rocha] e a vida de Chateaubriand se encontraram, entendendo legítima a exposição de fatos e de imagens na biografia."

Borges da Rocha é citada nas páginas 655 e 656 do livro. Ela foi empregada doméstica de Chatô em 1964. Segundos vários relatos coletados por Fernando Morais, os dois tiveram um caso.

"Essa decisão da juíza não é uma vitória minha, nem da editora, mas da sociedade, da garantia do direito de informar", comemorou Morais.

A editora informou que se manifestará quando for comunicada de decisão, o que disse ainda não ter ocorrido.

18 MAR 2015

FOLHA DE S. PAULO

MÔNICA BERGAMO

Justiça liberta socialite acusada de crime passionnal

DE SÃO PAULO - A Justiça do Amazonas concedeu nesta segunda (16) liberdade à socialite Marcelaine dos Santos Schuman, 36, suspeita de envolvimento na tentativa de homicídio de uma mulher de 35 anos, em novembro do ano passado, em Manaus. O crime teve motivação passionnal, segundo o Ministério Público. Ela responderá ao processo em liberdade, mas terá de se apresentar mensalmente à Justiça e usará uma tornozeleira eletrônica.

Denise Almeida da Silva foi baleada quando saía da academia que frequentava. Imagens de câmeras mostram um homem se aproximando e efetuando três disparos. Ela levou um tiro, mas sobreviveu. Segundo as investigações, Denise se envolveu com o amante da socialite, o que motivou a ação. Marcelaine, que estava presa desde o dia 5 de janeiro, nega envolvimento no caso.

PORTA ABERTA

O STJ (Superior Tribunal de Justiça) decidiu que associações de moradores não podem cobrar contribuição de quem não é associado a elas. Somente condomínios particulares previamente estabelecidos podem fazer isso de forma compulsória.

VONTADE PRÓPRIA

A disputa entre associações que são formadas para dividir despesas como segurança e coleta de lixo era antiga. Mas o STJ acabou decidindo que a taxa só deve ser paga por aquele que se associar voluntariamente a uma organização. A decisão tem caráter vinculativo, ou seja, deve ser seguida por todos os tribunais do país.

96 contraponto

De volta ao bê-a-bá

Na cerimônia de sanção do novo Código de Processo Civil no Palácio do Planalto, na segunda-feira, o relator da matéria na Câmara, deputado Paulo Teixeira (PT-SP), elencou uma série de avanços que o texto traria, como a valorização da conciliação para solução de conflitos.

Quase no final de seu discurso, entretanto, reconheceu que a matéria não agradaria a todos:

— Talvez quem lamente sejam os estudantes de Direito que estão no fim do curso...

Depois da risada do auditório, concluiu:

— Vão ter de estudar tudo de novo!

18 MAR 2015

FOLHA DE S. PAULO

Cada vez pior

Presidente vê impopularidade atingir 62%, um dos maiores índices já registrados, como consequência de seus próprios erros no 1º mandato

A queda vertiginosa de popularidade da presidente deveria ser encarada como um chamado à sobriedade e ao comedimento. E não só por Dilma Rousseff e pelo PT. É do interesse geral que os canais de negociação permaneçam abertos.

Numa quadra em que a aprovação da mandatária despenca para 13% e a rejeição salta para 62% —aproximando-se das piores avaliações já medidas—, a própria autoridade presidencial se esgarça. Uma chefe do Executivo isolada e enfraquecida, mas com 45 meses de governo à frente, não traz bons presságios para a difícil travessia que a economia nacional inicia.

Reeleita com 54,5 milhões de votos (51,6%), a margem mais apertada da história, Dilma vira seus índices de ruim e péssimo disparar de 24% em dezembro para 44% em fevereiro, segundo o Datafolha. O avanço de 38 pontos em três meses mostra a que nível chegou o desgaste de sua imagem.

O último solavanco captura e espelha a enorme insatisfação que tomou as ruas em 15 de março. A amplitude atingida —na desaprovção da presidente e no número de manifestantes contra ela— reduz a pó a interpretação petista de que se trata de orquestração da elite inconformada com a derrota eleitoral do PSDB em outubro.

É bem mais que isso. Pela primeira vez em 30 anos de normalidade democrática, articula-se um movimento de massa que não te-

me defender ideias conservadoras.

De acordo com o Datafolha, 47% dos que tomaram a avenida Paulista no domingo se declaram de centro-direita ou de direita (e 12% de esquerda ou centro-esquerda) —e é um sinal de vitalidade da democracia que se sintam livres para levantar suas bandeiras.

Aqui e ali, é verdade, despontam aberrações como a defesa de um golpe militar. Mas 85% dos manifestantes do domingo afirmaram que a democracia é sempre a melhor forma de governo (e 86% externavam a mesma opinião na marcha da sexta-feira, a favor da administração petista).

O combustível dessa revolta de classe média deriva da desastrosa gestão da economia no primeiro governo Dilma e do doloroso ajuste das contas públicas que ora impõe.

Após uma década de melhora no acesso a bens e serviços, parcelas crescentes da população são afrontadas com uma inversão de expectativas tão súbita quanto mal justificada. Um contingente recorde —e crescente— teme pelas condições econômicas futuras.

Já não seria pouco, mas a isso ainda se somam a mentirosa promessa de continuidade da bonança, feita na campanha eleitoral, e o aprofundamento do escândalo de corrupção da Petrobras.

As tentativas da presidente Dilma Rousseff de dar respostas convincentes a tamanho descontentamento foram até aqui frustradas. Com a deterioração da situação econômica, a insatisfação dificilmente deixará de permeiar todos os estratos sociais. A Presidência da República, mais do que nunca, precisa saber ouvir —e se fazer ouvir— por toda a população.

18 MAR 2015

FOLHA DE S. PAULO

Oposição vai pedir ao STF investigação sobre Dilma

Siglas vão subscrever ação enviada pelo PPS

Partidos de oposição vão pedir a investigação da presidente Dilma Rousseff ao STF (Supremo Tribunal Federal) no esquema de corrupção da Petrobras, investigado na Operação Lava Jato.

Para isso, PSDB, DEM, SD, PSB e dissidentes do PMDB e PP vão subscrever uma ação encaminhada pelo PPS à corte na sexta-feira (13).

A oposição considera que as investigações contra Dilma ganharam força após o Ministério Público Federal denunciar o tesoureiro do PT, João Vaccari Neto, por corrupção, lavagem de dinheiro e formação de quadrilha.

Na ação, o deputado Raul Jungmann (PPS-PE) argumenta que o STF já entende que é possível um chefe do Executivo ser investigado no exercício do mandato. O pedido será analisado pelo plenário do Supremo.

O presidente do PSDB, Aécio Neves (MG), reuniu líderes da oposição nesta terça-feira (17) para discutir o pedido de investigação.

As siglas oposicionistas querem aproveitar o sentimento "anti-PT" dos protestos de domingo (15) e manter uma espécie de "plantão" da oposição, com ações contrárias ao Planalto.

O nome da presidente surgiu na Lava Jato em depoimentos do doleiro Alberto Youssef e do ex-diretor da Petrobras Paulo Roberto Costa. O doleiro apontou que Dilma sabia do esquema de corrupção, mas não detalhou a acusação ou apresentou provas.

Também delator na Lava Jato, o ex-gerente da Petrobras Pedro Barusco disse que repassou US\$ 300 mil ao tesoureiro do PT para a campanha da presidente em 2010. O partido nega.

Aécio ironizou entrevista de Dilma na segunda (16), em que a petista chamou a corrupção de "velha senhora no Brasil". Para o tucano, os desvios de recursos ganharam força nas gestões do PT.

"Quando ela diz que a corrupção é uma velha senhora no Brasil, uma senhora idosa, é verdade. Só que essa velha senhora nunca se vestiu tão bem, nunca esteve tão asanhada como nesses tempos de PT", disse o senador.

"Já desafiei a todos no plenário, qualquer constitucionista ou senador, para me dizer onde tem na Constituição algum impedimento contra a investigação de uma presidente da República", afirmou o senador Ronaldo Caiado (GO), líder do oposicionista DEM. (GABRIELA GUERREIRO)

18 MAR 2015

FOLHA DE S. PAULO

PAINEL DO LEITOR

Beto Richa

Se as pessoas no Brasil se revoltaram com o divulgado pela presidente durante a campanha, o que dizer do governador do Paraná ("Restabelecendo a verdade", Tendências/Debates, 16/3), que, justamente na semana da eleição, foi à televisão dizer que "o melhor está por vir"? Nós, paranaenses, ficamos aturdidos ao saber da lastimável situação financeira do Estado, mesmo após recordes de arrecadação de impostos nos últimos anos, de maioria governista na Assembleia, de um número exorbitante de cargos comissionados e de secretarias estaduais, ou seja, de tudo o que se amaldiçoa no governo federal. E agora? A gente faz o que tendo o PSDB no governo local?

GISELLE MUNHOZ ALVES (Curitiba, PR)

18 MAR 2015

GAZETA DO POVO

Primo de Richa colocou dinheiro em oficina suspeita de fraude

Luiz Abi, mesmo sem ser sócio, aportava verba na empresa enquanto o governo não pagava pelos serviços prestados

LONDRINA E CURITIBA

Fábio Silveira, Diego Ribeiro e Katia Brembatti

Dinheiro de Luiz Abi, primo do governador Beto Richa, financiava uma empresa suspeita de fraude em licitação de contrato para conserto de viaturas do governo. É o que revelou a investigação feita pelo Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), braço policial do Ministério Público Estadual (MP). A suposta fraude levou para a prisão Abi e outras quatro pessoas.

Um dos seis mandados de prisão ainda não foi cumprido: é o de Ernani Augusto Delicato, que até fevereiro respondia como diretor do Departamento de Transporte Oficial (Deto) do governo do Paraná. Ele é servidor do quadro efetivo e estava em Brasília quando a operação foi deflagrada, na segunda-feira.

Os promotores investigam o contrato de R\$ 1,5 milhão — feito em caráter emergencial em dezembro de 2014 — com

a empresa Providence Auto Center, para realizar a manutenção de veículos oficiais na região de Londrina.

Em nota, o governo do estado informou que está devendo R\$ 298,9 mil à empresa. De acordo com a apuração, para conseguir continuar prestando serviço enquanto não recebe do governo estadual, a Providence recebeu dinheiro de Luiz Abi. A injeção de recursos na empresa seria uma das evidências de participação de Abi na empresa, embora o nome dele não apareça na constituição oficial da oficina mecânica.

Recaem sobre Abi as suspeitas de que ele tenha preparado um esquema para que a Providence assumisse a manutenção dos veículos na região de Londrina. A investigação apontou que as propostas feitas para vencer a concorrência emergencial foram fraudadas. A Lei de Licitações exige que, em contratos emergenciais, no mínimo três propostas de preço sejam apresentadas. A apuração identificou que duas das participantes teriam feito ofertas propositalmente com valores abaixo do preço da Providence. “Houve apresentação de propostas forjadas”, afirmou a fonte ouvida pela reportagem. A *Gazeta do Povo* apurou ainda que os donos dessas empresas foram ouvidos pelo Gaeco nesta terça-feira.

A investigação do Gaeco

levou quatro meses e o pedido de prisão preventiva encaminhado ao Judiciário tem 291 páginas. Além de Abi foram presos o advogado dele, José Carlos Luca, e também Ismar Ieger (da Providence) e Roberto Tsuneda (da KLM Brasil Indústria Eletrônica — empresa que, pelos dados da Receita Federal, pertence a parentes de Abi). Nesta terça-feira (17), foi cumprido o mandado de prisão preventiva contra Paulo Roberto Midauar, empresário do ramo de combustíveis.

Em nota, o governo estadual informou que a Providence foi contratada em janeiro de 2015 e que já fez a manutenção de 215 veículos. Ainda segundo o texto, o valor dos consertos é 11% menor do que o praticado pela oficina anterior. O governo afirma que o contrato emergencial será encerrado em breve, quando assumir uma empresa licitada assumir a gestão de todos os veículos do estado.

TRANSFERIDO

Decisão do juiz da Vara de Execuções Penais de Londrina, Katsujo Nakadomari, determinou a transferência de Luiz Abi da Penitenciária Estadual de Londrina 2 para uma cela especial no quartel dos bombeiros da cidade. A decisão ocorreu na terça-feira (17) por pedido da defesa de Abi. Segundo o juiz, Abi tem direito a cela no quartel porque tem curso superior. Em entrevista, Nakadomari disse ainda que haveria risco à segurança de Abi na PEL 2. Por envolver quebras de sigilo, o processo está em segredo de Justiça.

CONTINUA

Parentes distantes, Abi e Richa são próximos politicamente

Chico Marés e
Rogerio Waldrigues Galindo

O grau de parentesco entre o governador Beto Richa (PSDB) e Luiz Abi, preso pelo Gaeco por suposto envolvimento em fraude de licitação, é incerto. Inicialmente, foi informado que Abi seria primo direto de José Richa, pai de Beto. Depois, que ele seria, na verdade, primo em segundo grau do ex-governador, morto em 2003 — a avó de Abi seria irmã da bisavó de Beto.

Em nota enviada ao ParanáTV, da RPC, o governo do estado comunicou que Abi seria parente distante de José Richa, primo em segundo grau do governador. Matéria do site oficial do PSDB sobre a morte do ex-governador, publicada em 2003, também cita Abi como primo — aliás, vale destacar, à época, que ele foi o responsável por informar a assessoria de imprensa do partido sobre o estado de saúde do pai do atual governador. A **Gazeta do Povo**, porém, a assessoria de imprensa do governo do estado comunicou que Abi e José Richa são, na verdade, primos em 2.º grau.

Em qualquer cenário, porém, o parentesco não impediria que o primo participasse de licitações. Apesar de não constar na Lei 8.666, a doutrina jurídica costuma considerar que parentes em até 3.º grau de agentes públicos não podem participar de processos licitatórios na mesma esfera de poder. Caso seja primo de José Richa, o

parentesco entre Beto e Abi é de 5.º grau. Caso seja primo em 2.º grau do pai do governador, a “distância” com Beto é de sete graus.

A proximidade entre Beto e Abi não deve ser medida, porém, por laços sanguíneos. Em sondagem feita pelo blog Caixa Zero, em dezembro do ano passado, Abi foi lembrado como uma das três pessoas com mais influência no Palácio Iguazu por duas pessoas próximas ao governador.

De acordo com um político próximo a Beto, a proximidade com o governador foi construída muito menos em cima do parentesco e mais em torno de uma simpatia crescente. “O cargo de ‘primo’ foi forjado ao longo do tempo”, disse. Atuando junto com Beto desde a prefeitura, Abi teria pessoas ligadas a ele em várias secretarias e estatais.

A assessoria de imprensa do governo diz apenas que os dois “se conhecem”. Essa proximidade gerou um fato, no mínimo, curioso: em 2013, Abi apareceu por acaso ao fundo em uma foto publicada no site do governo, sentado em um sofá do gabinete do governador. Minutos depois, a foto foi editada digitalmente para excluir o primo de Beto da imagem.

VOLDEMORT

A operação que levou à prisão de pessoas suspeitas de fraude na licitação para concerto de viaturas ganhou o nome de Voldemort, uma referência ao bruxo mau da saga Harry Potter. Nos livros e filmes da série juvenil sobre magia, não é recomendado mencionar o nome do vilão. Então, ele é chamado de “aquele não pode ser nomeado” ou de “você sabe quem”.

CONTINUA

18 MAR 2015

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

TC liberou o contrato depois de barrá-lo

| Katia Brembatti e Chico Marés

O caso da contratação da oficina Providente em caráter emergencial foi avaliado pelo Tribunal de Contas (TC) do Paraná. Uma liminar chegou a ser concedida, barrando o contrato, uma vez que a empresa que prestava o serviço de manutenção das viaturas de Londrina e região questionou o fato de não ter sido convidada para participar da concorrência e apontou algumas supostas irregularidades no processo. Contudo, a liminar foi cassada em janeiro. Em fevereiro veio a público o acórdão que permitiu que o contrato fosse efetivado.

O governo estadual decidiu fazer uma contratação emergencial porque a escolha da empresa que seria responsável pela manutenção de todos os 15,5 mil veículos oficiais ainda está sob contestação. A licitação foi vencida

pela JMK Serviços, empresa de Curitiba, para substituir os 37 contratos que atendiam as diversas regiões do estado. Ela credenciaria 220 oficinas para fazer a manutenção da frota, ao custo de R\$ 57 milhões. Segundo a investigação, o interesse do grupo de Luiz Abi era credenciar a Providence como oficina autorizada em Londrina e região.

Imbróglio

A falta de pagamentos do governo do estado acabou resultando na contratação emergencial da empresa Providence, em dezembro. No final do ano, várias empresas romperam contratos com o governo porque não haviam sido pagas por seus serviços. Com isso, surgiu a necessidade de contratar, em caráter emergencial, novas oficinas para realizar a manutenção de viaturas e outros carros oficiais. A responsabilidade por esses veí-

culos é do Departamento de Transportes Oficiais (Deto), ligado à Secretaria de Administração. O contrato da empresa com o governo estadual seria de seis meses, no valor de R\$ 1,5 milhão.

No fim de 2013, o governo do estado também enfrentou problemas em decorrência da falta de pagamento da manutenção de viaturas. Naquele ano, o governo realizou uma licitação para contratar oficinas em 27 microrregiões, em um valor de R\$ 148,1 milhões no total. Apesar de ter aumentado o valor de referência para o custo de hora de serviço de R\$ 23 para entre R\$ 50 e R\$ 100, o governo alegou que a nova licitação geraria uma economia de 22% em relação aos contratos anteriores.

No fim de 2014 e início de 2015, problemas com falta de pagamento de viaturas voltaram a acontecer no estado. Matéria da **Gazeta do Povo** mostrou que as viaturas de Curitiba estavam sendo consertadas em Guarapuava e Paranaguá, porque o governo estaria sem crédito nas quatro oficinas prestadoras de serviço na capital.

18 MAR 2015

GAZETA DO POVO

» DIÁRIOS SECRETOS

Salários da Alep eram usados para comprar carros em cash, afirma MP

Katia Brembatti

A mesma pessoa que, segundo a investigação do Ministério Público (MP), sacava o salário de vários funcionários da Assembleia Legislativa do Paraná (Alep) também comprava veículos pagando em espécie (em *cash*, na expressão em inglês), num esquema que envolveria o gabinete do deputado estadual Nelson Justus (DEM). Luis Alexandre Barbosa, que ainda consta como servidor do Legislativo estadual, movimentava as contas de pelo menos 17 pessoas (inclusive preenchendo cheques, como mostrou a perícia) e também foi identificado por um agente bancário, que afirmou que ele ficava na porta do banco esperando o dinheiro que era sacado por funcionários. As informações constam do pedido de ação criminal contra Justus e mais 31 pessoas — a que a RPC teve acesso.

A investigação aponta que o recebimento de salários de vários servidores e a posterior compra de veículos em dinheiro vivo, sem deixar rastros bancários, são indícios da lavagem de dinheiro. “Um dos expedientes usados pela quadrilha era a compra e venda de veículos. Através de terceiros e em seus nomes”, diz o processo, que foi enviado pela promotoria ao Tribunal de Justiça e tramita em sigilo.

O texto da investigação afirma ainda que os integrantes do grupo “adquiriam e vendiam veículos de perfis variados (muitos de alto luxo), de modo a recolocarem no mercado o dinheiro ilicitamente desviado do erário paranaense.” Durante uma das buscas realizadas com autorização da Justiça, em março de 2013, foram localizados 10 envelopes na casa de Barbosa com documentos de veículos e comprovantes de pagamento de IPVA. Numa das reportagens da série Diários Secretos, o irmão de Barbosa, Luiz Eduardo Baglioli Barbosa, foi encontrado dando expediente numa revenda de carros usados, mesmo constando com funcionário da Assembleia.

Ética

O presidente da Comissão de Ética da Assembleia Legislativa, deputado Edson Praczyk, informou que só pode instaurar um procedimento contra Nelson Justus caso seja provocado. A pedido do MP, o desembargador Guilherme Freire, relator do pedido de ação criminal contra Justus, autorizou que uma cópia do processo fosse enviada à Assembleia Legislativa.

Gaeco denuncia seis por fraude em licitação do TC

18 MAR 2015

Investigação do Gaeco mostrou que houve direcionamento na concorrência para construção do prédio anexo do Tribunal de Contas

Carlos Eduardo Vicelli e
Diego Ribeiro

A investigação sobre suspeita de fraude na construção do prédio anexo do Tribunal de Contas do Paraná (TC) foi encerrada na sexta-feira (13). Mesmo com a anulação pelo Tribunal de Justiça das interceptações telefônicas usadas durante a investigação, os promotores do Grupo de Atuação Especial e Combate ao Crime Organizado (Gaeco) consideraram ter provas suficientes para oferecer denúncia contra três servidores do TC, um do governo estadual e os proprietários da construtora Sial, vencedora da licitação da obra. O valor da construção era de 36,4 milhões.

Entre os denunciados estão Luiz Bernardo Dias Costa (coordenador-geral do TC), Angelo Jose Bizineli (diretor-geral), Juliano Woellner Kintzel (diretor de Licitações e Contratos), David Natanael Cheriagati (ex funcionário e ex-deputado estadual) e os empresários Edenelso Rossi e

Pedro Henrique Rossi Arnaldi.

Caso a 7.ª Vara Criminal de Curitiba acolha a denúncia, os suspeitos responderão pelos crimes de corrupção, associação criminosa, fraude e frustração do caráter competitivo de procedimento licitatório.

A investigação começou após uma denúncia anônima, que desencadeou a operação, em junho de 2014. Na época, Costa foi preso em flagrante quando carregava uma mala recheada com R\$ 200 mil após sair da construtora — ele foi suspenso do exercício de suas funções por ordem judicial.

“Tínhamos uma série de elementos na investigação que mostrava que houve direcionamento em favor da empresa Sial. Há menção a uma propina de mais de R\$ 2 milhões”, afirma Leonir Batisti, coordenador estadual do Gaeco, revelando que o esquema previa ainda um adicional de 10% sobre possíveis aditivos contratuais.

AVALIAÇÃO

OTC enviou ofício em 5 de março à Sial pedindo o fim do contrato para a construção do prédio anexo do órgão. A empresa tinha 15 dias, a partir da data do ofício, para informar ao TC quanto foi gasto nos estudos técnicos para o início da construção.

Comprovada a existência da despesa, o TC vai avaliar se haverá ressarcimento do gasto.

Histórico

A obra foi suspensa após o escândalo vir à tona. A investigação do Gaeco suspeitava da participação do então presidente do TC, Artagão Mattos Leão. Por ter foro privilegiado, foi aberta uma sindicância no Superior Tribunal de Justiça (STJ). Todos os servidores denunciados eram vinculados ao gabinete dele.

Outro lado

A reportagem procurou os denunciados. O advogado Roberto Brzezinski, responsável pela defesa de Costa e Bizineli, não foi localizado. Em seu escritório a secretária informou que ele estava em uma reunião fora. No mesmo escritório foi informado que Ricardo Mathias Lamers, advogado de Kintzel, está de licença e não poderia dar entrevista.

Já o advogado Edward Rocha de Carvalho, que defende os representantes da Sial, disse que “não iria se pronunciar, emitir juízo de valor sobre um caso baseado 100% em provas ilícitas”. Acusação rebatida pelo coordenador do Gaeco. “Embora o MP esteja com um recurso contra a anulação das interceptações telefônicas, fundamentamos as denúncias em outras provas”, ressalta Batisti.

Já David Nataniel Cheriagati disse que “não estava sabendo de nada e que iria se informar do caso”.

GAZETA DO POVO

CONTINUA

18 MAR 2015

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

A CONSTRUTORA

Veja outras obras tocadas pela construtora Sial no Paraná:

Reforma e Ampliação da Rodoferroviária (Curitiba).

Ampliação do terminal de passageiros do Aeroporto Afonso Pena (São José dos Pinhais).

Construção da delegacia da Polícia Federal (Foz do Iguaçu).

Controle das Cheias e Parque Linear do Rio Ressaca (São José dos Pinhais).

Unidade de Pronto Atendimento (São José dos Pinhais).

Clube da Gente do Tatuquara (Curitiba).

Rua da Cidadania do Cajuru (Curitiba).

Hospital do Idoso Zilda Arns (Curitiba).

Complexo de Lazer e Turismo Sesc (Caiobá).

Reforma e Ampliação do Complexo do Museu de Arte do Paraná (Curitiba).

Hospital Municipal de Araucária.

Hospital Regional do Litoral (Paranaguá).

Laboratório Municipal de Curitiba.

OS DENUNCIADOS

Veja os nomes dos denunciados:

SIAL

Edenílso Rossi Arnaldi – proprietário da construtora.

Pedro Henrique Guimarães Rossi – engenheiro e filho de Edenílso.

GOVERNO ESTADUAL

David Nataniel Cheriegate – servidor do governo estadual na época.

TC

Luiz Bernardo Dias Costa – coordenador-geral do Tribunal de Contas na época.

Angelo José Bizineli – diretor-geral do Tribunal de Contas na época.

Juliano Woellner Kintzel – presidente da comissão permanente de licitação do TC durante todo processo licitatório.

OBRA POLÊMICA

A construtora Sial está envolvida em outra obra polêmica. A empresa é responsável pela reforma do Palácio da Justiça, sede do Tribunal de Justiça, em Curitiba – foi a única a participar da retomada da licitação no ano passado após suspeitas de irregularidades no processo. Ex-presidente do TJ, Clayton Camargo teria ignorado pareceres do corpo técnico do próprio Tribunal durante a formatação da licitação. O valor máximo previsto para a obra era de R\$ 79,6 milhões. Após a reformulação baixou para R\$ 53,8 milhões. A previsão é de que o prédio fique pronto no ano que vem.

18 MAR 2015

GAZETA DO POVO

Justiça determina volta de 40% dos coletores ao trabalho

Rodrigo Batista e Felipe Vanini
especial para a Gazeta do Povo

A Justiça do Trabalho determinou nesta terça-feira (17) a volta de 40% dos funcionários da Cavo ao trabalho na limpeza pública de Curitiba. O despacho foi feito pelo Tribunal Regional do Trabalho do Paraná (TRT-PR) e determina o retorno imediato dos trabalhadores por se tratar de um serviço essencial. Uma audiência de conciliação também foi agendada para a próxima quinta-feira (19).

O pedido foi feito pela empresa após o anúncio de greve geral dos trabalhadores, que foi deflagrada na manhã de terça-feira. O secretário municipal de Meio Ambiente, Renato Lima, informou que havia solicitado um mínimo de 60% de trabalhadores, mas o atendido pela Justiça foi um porcentual menor. O TRT-PR estipulou multa de R\$ 20 mil por dia em caso de descumprimento.

Por meio da assessoria de imprensa, o Sindicato dos Empregados em Empresas de Asseio e Conservação de Curitiba (Siemaco) diz que, até as 18h30 de terça-feira, ainda não havia sido notificado da decisão. A reportagem também entrou em contato com o Sindicato dos Trabalhadores de Transporte Rodoviário do Estado do Paraná (Sitro), que representa os motoristas dos caminhões de coleta seletiva, mas as ligações não foram atendidas. Por enquanto, segundo o Siemaco, a greve segue por tempo indeterminado.

Plano emergencial

Mesmo com o despacho da Justiça, o secretário do Meio Ambiente informou que entre 30 e 40 caminhões da prefeitura fazem a coleta emergencial de lixo na cidade. Nesta terça-feira, foram coletados resíduos nos bairros Xaxim, Sítio Cercado, Pinheirinho, Alto Boqueirão e Capão da Imbuia. Na quarta-feira, a coleta será feita no Abranches, Barreirinha, Cachoeira, Pilarzinho e Santa Cândida. "Também colocamos caçambas nos terminais para que a população leve o lixo e depois seja coletado. Nós ainda pedimos para que as pessoas evitem colocar o lixo na calçada durante a greve", diz Lima. Mesmo assim, o lixo se acumulou em algumas ruas da capital.

Reunião

Representantes do Siemaco, do Sitro, da prefeitura de Curitiba e da Cavo reuniram-se no Ministério Público do Trabalho para tentar um acordo que colocasse fim à greve na limpeza pública. O MPT-PR sugeriu um reajuste nos salários de 9,7%, com ganho real de 2%, e 16,4% de aumento nos tickets refeição e alimentação. De acordo com a assessoria de imprensa do MPT-PR, as partes reunidas têm até às 11 horas de quarta-feira (18) para decidirem se aceitam ou não a proposta feita pelo órgão. Se for aceita, a greve pode terminar.

Os trabalhadores iniciaram greve por tempo indeterminado por causa do impasse no reajuste salarial. Eles pedem aumento de 20% nos salários e 30% nos tickets. A Cavo, entretanto, oferece 9% de aumento nos vencimentos e 10% sobre os tickets. O sindicato reclama que o aumento dado no ano passado foi maior e se baseia no cálculo da inflação no período para pedir mais ganho real — o reajuste que vai além da inflação no período, que foi de 7,7%.

18 MAR 2015

GAZETA DO POVO

Parceria entre Atlético e prefeitura vai para a Justiça

Ana Luzia Mikos

1 A parceria entre Atlético e a prefeitura para a conclusão da Arena está “rebaixada” a uma relação jurídica. O descompasso em relação às desapropriações para a reforma do estádio para a Copa colocará o clube como réu. Essa foi a promessa do município, feita em janeiro e confirmada terça-feira (17), após o poder municipal ter seus procedimentos questionados no relatório final do Tribunal de Contas do Paraná (TC-PR).

Em nota, a prefeitura informou que recorrerá à Justiça para reaver os R\$ 17,3 milhões referentes às 16 desapropriações para a reforma do estádio. O valor corrigido consta no relatório e é R\$ 3,1 milhões maior do que os R\$ 14,2 milhões previstos antes.

A assessoria de imprensa da Secretaria de Urbanismo, que antes englobava também a pasta especial da Copa, explicou que o assunto agora é jurídico. Com a extinção da Secretaria Especial da Copa, deverá ficar a cargo da Procuradoria Geral o acompanhamento do contrato de financiamento público da obra, previsto para ser pago em 20 anos.

De acordo como relatório do TC-PR, em junho de 2013, o município já havia cumprido com sua obrigação, cabendo exigir que o Atlético fizesse o ressarcimento, até 31 de dezembro de 2014. O texto também ressalta a demora para a indicação dos imóveis que interessavam à administração pública. Na época, o TC-PR

alertava para a inclusão de cláusula no Convênio Tripartite prevendo sanção, caso o clube não cumprisse sua obrigação. “As recomendações não foram adotadas pelo Município, resultando em alto risco quanto ao retorno dos valores das desapropriações aos cofres públicos”, ressaltou o texto.

O relatório mostra que, em abril de 2014, o secretário de Urbanismo e Copa, Reginaldo Cordeiro, encaminhou ofício solicitando à Secretaria de Administração uma relação de imóveis para a implantação de equipamentos públicos de atendimento à comunidade, que seriam uma contrapartida do Atlético. Só seis meses depois o Departamento de Patrimônio Público encaminhou a lista.

Como o valor dos imóveis era de R\$ 13,5 milhões e, portanto, inferior ao gasto com as desapropriações, e não atendiam ao perfil exigido, a lista sequer chegou a ser encaminhada à CAPS/A, empresa criada pelo Atlético para gerir a obra da Arena. Só em 25 de novembro de 2014, através do Ofício 571/2014, uma nova relação foi enviada ao clube. “Fica evidente que o Município não tomou as providências necessárias, em prazos adequados, para que o clube viabilizasse o ressarcimento, até 31 de dezembro de 2014, do valor equivalente aos gastos com a desapropriação dos imóveis no entorno do estádio”, indica o TC-PR.

Segundo o Tribunal, está prevista multa administrativa de R\$ 1 mil à prefeitura, de acordo com o artigo 87, IV, “g”, da Lei Complementar n.º 113/2005 (Lei Orgânica do TC-PR). Além da devolução integral, aos cofres municipais, do valor correspondente ao gasto realizado, de R\$ 14,2 milhões, corrigidos. O relatório ainda não foi votado.

A prefeitura “reafirma que conduziu todo o processo relacionado à Copa com total transparência, fornecendo todas as informações aos órgãos de controle”.

18 MAR 2015

GAZETA DO POVO

Rio Grande do Norte decreta calamidade do sistema prisional

O governo do Rio Grande do Norte decretou nesta terça-feira (17) situação de calamidade do sistema prisional do estado em virtude de motins em presídios da região metropolitana de Natal. Foram 12 rebeliões em menos de uma semana. Na noite de segunda-feira a cidade viveu momentos de medo após cinco ônibus terem sido incendiados por criminosos. Para os 7,7 mil presos há 3,7 mil vagas.

Além do decreto da situação de calamidade, o governo requisitou ao Ministério da Justiça auxílio do Departamento Penitenciário Nacional e da Força Nacional de Segurança. Nesta terça-feira (17) chegaram 79 homens de um contingente esperado de 300. O governo do estado tomou a medida ao avaliar relatório de diagnóstico detalhando a ação dos rebelados. Em meio à crise, o secretário de Justiça e Cidadania, responsável pelo sistema prisional, Zaidem Heronildes, pediu exoneração.

Segundo o governo, uma estrutura equivalente a mil vagas foi destruída nas penitenciárias de Alcaçuz e Parnamirim, na Grande Natal, e na cadeia pública da capital. A instabilidade nos presídios perdurou durante esta segunda-feira, com colchões queimados e celas depredadas.

Com o decreto de calamidade, o governo planeja uma força-tarefa para construção, reformas e adequações de vagas no sistema prisional. “À força tarefa caberá também a contratação emergencial de projetos construtivos; nomeação de agentes penitenciários aprovados no último concurso para os serviços de vigilância e estabelecimento de relações administrativas com órgãos federais para concessão de financiamentos”, informou o governo em nota.

18 MAR 2015

GAZETA DO POVO

» MANIFESTAÇÕES

Testemunha contra ativistas será ouvida

¶ Será dia 27 o próximo passo do Tribunal de Justiça no processo contra 23 manifestantes acusados de atos violentos, da 27.ª Vara Criminal, por carta precatória, para ouvir uma testemunha de acusação em Brasília. Acusadas de chefiarem os black blocs e de incitarem manifestantes a praticarem atos violentos em protestos desde junho de 2013, as ativistas Elisa Quadros, a Sininho, e Karlayne Moraes Pinheiro, a Moa, continuam sem paradeiro identificado.

Sininho e Moa não compareceram às audiências já realizadas e entraram na lista do Portal dos Procurados, do Disque-Denúncia (2253-1177). Elas tiveram a prisão decretada em outubro, após terem supostamente desrespeitado medida cautelar que as proibia de participar de protestos.

Na audiência do dia 13, o juiz Flavio Itabaiana interrogou os ativistas. Os dois réus ouvidos, Felipe Proença de Carvalho e Shirlene Feitosa da Fonseca, negaram as acusações. Os manifestantes respondem ao processo por associação criminosa.

Os acusados contaram detalhes da Frente Independente Popular (Fip), de como as manifestações eram organizadas e negaram que o movimento contava com qualquer forma de liderança, ressaltando ainda que as reuniões eram todas abertas. Parentes dos réus foram impedidos pelo juiz de assistir à audiência.

Os ativistas respondem a processo por depredação de patrimônio público e privado, uso de violência contra cidadãos, lesões corporais e corrupção de menores. Dos 23 acusados, três estão presos: Igor Mendes da Silva, Fábio Raposo e Caio Silva de Souza. Os dois últimos estão detidos devido a outro processo, em que são acusados também da morte do cinegrafista Santiago Andrade, atingido por um rojão num protesto no Rio.

Caixa não pode ser responsabilizada por joias roubadas

¶ A Caixa Econômica Federal não é obrigada a exigir comprovação de propriedade de bens a serem penhorados. O entendimento é da 3ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, que decidiu, por unanimidade, negar recurso contra o banco. O processo foi ajuizado por uma moradora de Curitiba ao saber que a Caixa pôs em leilão joias de sua propriedade que haviam sido roubadas em 2011. Como as peças já haviam sido vendidas, a ação solicitava ao banco uma reparação patrimonial. O pedido já havia sido negado em primeira instância, pela 4ª Vara Federal de Curitiba, por ausência de indícios de má conduta por parte da Caixa.

COLUNA DO LEITOR

Lava Jato

A solução é transformar a corrupção em crime hediondo. Quando alguém desvia dinheiro público, retira verbas da segurança pública, da saúde, da educação e de outras áreas. Essa medida iria ajudar muito. Mas, na minha opinião, acabar com a corrupção é um sonho impossível.

Lincoln Suzuki

Doutora, ouça o Carvalhosa

O ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, disse que a Lei Anticorrupção sancionada pela doutora Dilma há 19 meses ainda não foi regulamentada porque exige delicadas compatibilizações. Tudo bem, isso dá trabalho, mas a Constituição de 1988 fez seu serviço em 20 meses. Durante a Constituinte os parlamentares fizeram 19 mil intervenções. É difícil acreditar que regulamentar uma lei pega-ladrão dê mais trabalho que redigir uma Constituição. O comissário Miguel Rossetto certamente achará que cabe ao povo esperar que os guias geniais de sua vanguarda trabalhem em paz pela construção de uma nova sociedade mais justa (se ele der um trato no cabelo antes de ir a uma entrevista coletiva, a aliança operário-camponesa agradecerá).

Felizmente, tendo ouvido o ronco da rua, a doutora Dilma disse que está pronta para reconhecer erros cometidos pelo governo e fez isso numa entrevista em que mostrou inédito desembaraço. Poderia fazer mais. O advogado Modesto Carvalhosa acaba de publicar um livro (*Considerações sobre a Lei Anticorrupção de Pessoas Jurídicas*) com uma triste conclusão: ela é produto da “malfadada cultura de legislar para dissimular, ‘para inglês ver’”.

Carvalhosa diz e prova: o artigo 8.º da lei diz que, havendo uma denúncia, caberá à “autoridade máxima de cada órgão” tratar do assunto, nomeando uma comissão formada por dois servidores. Tudo de que eles precisam é ser “estáveis”. Em suma: surgida a denúncia de roubos na Refinaria Abreu e Lima, o comissário Sérgio Gabrielli nomeia os doutores Pedro Barusco e Renato Duque para cuidar do caso. Seria muito mais lógico e eficaz colocar a Controladoria-Geral da União no lance desde a primeira hora (em São Paulo, numa construção radical desse mesmo ralo, vigora um decreto pelo qual pode-se recorrer da decisão dos Baruscos e Duques. Recorrer a quem? Ao prefeito que os nomeou).

Como a lei é para inglês ver, o seu artigo 9.º diz que competirá à CGU a “apuração, o processo e o julgamento” quando as ladroagens forem praticadas “contra a administração

pública estrangeira”. Ou seja, se estiverem roubando dinheiro da Petrobras, Barusco e Duque investigarão, cabendo à CGU apenas “competência concorrente”. Se estiverem roubando do companheiro Teodoro Obiang, da Guiné Equatorial, a CGU entrará logo em cena, apurando, processando e julgando, sem Baruscos nem Duques.

Se a doutora Dilma der uma lida no fim do livro de Carvalhosa, poderá achar pelo menos mais dez aberrações na lei que sancionou. Algumas são espertas, outras são produto da inépcia, até da preguiça. Quando trata dos cartéis, a lei praticamente copia dispositivos da legislação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica. Coisas semelhantes não são iguais. O Cade mira na proteção do mercado; uma lei contra a corrupção deveria mirar na defesa da bolsa da Viúva. Num caso (inciso III do artigo 16), a simples cópia de um dispositivo de leis americanas chega a ser constrangedora. Diz que a empresa acusada deve comparecer “sob suas expensas, sempre que solicitada, a todos os atos processuais”. Isso é coisa de americano. No Brasil ninguém cuidou do táxi de alguém que é chamado a depor num processo.

18 MAR 2015

FOLHA DE LONDRINA

Diretores do TC denunciados por fraude em licitações

Mais dois empresários são suspeitos de privilegiar concorrente de pregão relativo à construção de prédio anexo à sede do órgão

66

Gaeco insiste em descumprir ordem do TJ", diz advogado de empresários

Reportagem Local

Curitiba – O Grupo Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), do Ministério Público (MP) do Paraná, apresentou ontem denúncia contra três diretores do Tribunal de Contas (TC), um ex-funcionário e dois empresários. Eles são acusados de associação criminosa, fraude em licitação e corrupção ativa e passiva. Um dos envolvidos é suspeito, ainda, de posse irregular de arma de fogo. O processo, relacionado à chamada "Operação Castelo de Cartas", foi encaminhado ao Juízo da 7ª Vara Criminal de Curitiba.

De acordo com o coordenador do Gaeco, Leonir Battisti, os denunciados favoreceram a Sial Construções Cíveis Ltda no pregão para a construção do prédio anexo ao TC, realizado em novembro de 2013. A obra foi estimada inicialmente em R\$ 40,8 milhões. Outra cinco

empresas participaram, mas foram descartadas. Segundo o promotor, a ação durou até 18 de junho de 2014, data em que foi desencadeada a operação. Na época, houve prisões, buscas e apreensões na sede do TC e em outros endereços, além de conduções coercitivas determinadas pela Justiça.

Entre os envolvidos estão Luis Bernardo Dias Costa (coordenador-geral do TC), Angelo Jose Bizineli (diretor-geral), Juliano Woellner Kintzel (da Diretoria de Licitações e Contratos, a DLC) e David Natanael Cheriegati (ex-funcionário e ex-deputado estadual). Já os empresários, proprietários da Sial, seriam Edenílso Rossi e Pedro Henrique Rossi Arnaldi. Há um ano e quatro meses, Dias Costa foi preso em flagrante ao sair da Sial com R\$ 200 mil em espécie, entregues por Rossi.

Conforme dados do Gaeco, no entanto, a propina combinada com a companhia seria de mais de R\$ 2 milhões, além

de 10% do valor dos aditivos contratuais. Após a prisão, a licitação foi suspensa pelo então presidente do TC, Artagnão de Mattos Leão. Para o MP, os três diretores operavam com o auxílio de Cheriegati, que intermediava os contatos com a Sial.

Procurado pela FOLHA, o advogado que defende os Rossi, Edward Rocha de Carvalho, alegou que a denúncia é baseada em provas consideradas 100% ilícitas pelo Tribunal de Justiça (TJ). "O Gaeco insiste em descumprir a ordem do TJ", afirmou. Ele também contou que aguarda a notificação para estudar que medidas tomar. A reportagem procurou Cheriegati, mas não obteve retorno até o fechamento da edição.

A FOLHA entrou em contato com o TC, que não quis se pronunciar diretamente sobre as acusações. Por meio de sua assessoria de imprensa, o órgão informou que nenhum dos denunciados ocupa atualmente cargos de direção. Dias Costa está afastado, Bizineli se aposentou e Kintzel, que é concursado do TC, segue desempenhando funções, mas não na DLC. Quanto à obra, o Tribunal lembrou que não foi sequer iniciada, motivo pelo qual não houve gasto. A entidade disse ainda que abriu uma investigação interna sobre o ocorrido e que o processo está em fase final.

18 MAR 2015

FOLHA DE LONDRINA

Novo CPC é sancionado com sete vetos

Severino Motta

Folhapress

Brasília - O novo Código de Processo Civil (CPC), sancionado anteontem pela presidente Dilma Rousseff, conta com sete vetos, detalhados ontem no "Diário Oficial da União". Entre os pontos suprimidos do texto estão os artigos que permitiam a conversão de processos individuais em coletivos e a possibilidade de sustentações orais de advogados num determinado tipo de recurso.

No caso das ações coletivas, o veto recaiu sobre o artigo 333. Na prática, se o item fosse validado, o juiz poderia transformar uma ação individual em coletiva. Assim, uma pessoa que tivesse contratado um advogado e ingressasse na Justiça na busca de um direito poderia ver a ação passar de seu controle para o do Ministério Público.

Juristas ouvidos pela reportagem disseram que o

mecanismo poderia representar uma espécie de desapropriação do processo, uma vez que o autor individual perderia o comando da causa.

Na justificativa do veto, a presidente Dilma diz que "o dispositivo poderia levar à conversão de ação individual em ação coletiva de maneira pouco criteriosa, inclusive em detrimento do interesse das partes".

Em relação às sustentações orais, o veto recaiu sobre os chamados agravos, quando a defesa leva a um órgão colegiado um recurso negado pelo juiz do caso de maneira individual. O novo CPC previa a possibilidade de o advogado fazer uso da palavra para defender seus argumentos.

Com o veto, os juízes analisarão somente o recurso escrito. De acordo com a justificativa, a supressão desta parte do texto foi necessária para garantir a celeridade dos processos, uma vez que a possi-

bilidade de fala em cada um dos agravos ampliaria significativamente o tempo das sessões de julgamento.

Entre os outros vetos, há o que retira a necessidade de carta rogatória para pedidos de cooperação internacional e permite outras formas menos burocráticas para a troca de informações, e um que impede a atualização financeira automática em prestações que serão pagas por meio eletrônico. Em relação a este segundo ponto, a justificativa do veto diz que haveria nova indexação e potencializaria a "memória inflacionária".

Por fim, há um veto que impede que se atribua a natureza de título executivo judicial às decisões do Tribunal Marítimo e um que, de maneira considerada genérica pelo governo, poderia eximir devedores ou arrendatários do pagamento de tributos e multas previstos em contratos.

18 MAR 2015

FOUHA DE LONDRINA

Toffoli assume vaga e vai julgar Lava Jato

André Richter
Agência Brasil

Brasília - O ministro Dias Toffoli assumiu ontem uma cadeira na Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal (STF), colegiado que vai julgar as ações da Operação Lava Jato. Na semana passada, os ministros que compõem o colegiado decidiram convocar um integrante da Primeira Turma para ocupar a vaga deixada pelo ministro Joaquim Barbosa, que se aposentou em julho do ano passado. A medida foi tomada porque a presidenta Dilma Rousseff ainda não indicou um nome para o lugar de Barbosa no tribunal. Ao assumir a vaga, Toffoli disse que a mudança não foi "uma decisão fácil", porque foi na Primeira Turma que ele participou de sua primeira sessão como juiz do Tribunal.

O ministro Gilmar Mendes elogiou a solução encontrada para completar o colegiado. "Imaginávamos que a não transferência de um membro da Primeira Turma para a Segunda ocasionaria uma pressão ímpar, um questionamento intenso sobre o colega que viesse a ser escolhido, tendo em vista a tensão política que se torna mais pronunciada. Por isso, acredito que esta solução que se encontrou deve ser elogiada."

Com a decisão, além de participar do julgamento dos processos que envolvem políticos citados na Operação Lava Jato, Toffoli presidirá a Segunda Turma a partir de maio, quando acaba o mandato do ministro Teori Zavascki na presidência da turma. Os ministros Cármen Lúcia e Celso de Mello também fazem parte do colegiado.

A transferência foi assinada na semana passada pelo presidente do Supremo, Ricardo Lewandowski. A decisão foi cumprida formalmente, respeitando o critério de antiguidade e a pedido de Toffoli. Pelo Regimento Interno do STF, o candidato mais antigo na Primeira Turma tem preferência na escolha. Como o ministro Marco Aurélio, membro mais antigo, disse que não vai deixar o colegiado, Toffoli, segundo integrante mais antigo, foi transferido.

As duas turmas do STF são compostas por cinco membros. No entanto, desde julho do ano passado, com a aposentadoria de Joaquim Barbosa, a Segunda Turma estava julgando as ações com quatro ministros, registrando empates, que favorecem a absolvição de réus em ações criminais.

18 MAR 2015

FOLHA DE LONDRINA

Zavascki nega pedido do PPS

Talita Fernandes e
Erich Decat
Agência Estado

Brasília - O ministro Teori Zavascki do Supremo Tribunal Federal (STF) negou ontem recurso protocolado pelo PPS na última sexta-feira, que pedia que a presidente Dilma Rousseff (PT) fosse investigada por citação pelos delatores da Operação Lava Jato. A decisão ocorreu no mesmo dia em que o senador e presidente nacional do PSDB, Aécio Neves (MG), anunciou que a legenda iria endossar o pedido do PPS para que Zavascki autorize investigação sobre a presidente Dilma.

Ao analisar o pedido do PPS, o ministro argumenta que a petição foi feita de forma errada, alegando que o agravo regimental é apócrifo (sem autor). Além disso, o ministro também nega pedido do PPS para tornar-se parte do processo. Ele argumenta que tal solicitação não cabe nessa fase do caso, ainda em inquérito.

CLAUDIO HUMBERTO

66

Não nos façam de bobas!!

Ministro Gilmar Mendes (STF), sobre a proposta de financiamento eleitoral da OAB

Guerra contra a corrupção

As descobertas feitas pela Operação Lava Jato, que completou ontem um ano, indignaram o País, mas não o transformaram. A observação é do Procurador da República Deltan Dallagnol e mostra que não basta punir os culpados apontados nessa maior investigação de corrupção e lavagem de dinheiro da história do Brasil. Mudanças estruturais precisam ser promovidas para que a guerra contra a impunidade e contra os chamados “crimes do colarinho branco” realmente acabe com esse mal, tão enraizado em nossa sociedade. É nesse sentido que amanhã a Procuradoria da República no Estado do Paraná apresentará propostas de medidas jurídicas de combate à impunidade e à corrupção. Elas serão sugeridas por meio da Câmara de Combate à Corrupção do Ministério Público Federal.

Interessante que as propostas anticorrupção da força-tarefa do MPF que trabalha na Operação Lava Jato podem chegar ao conhecimento da sociedade antes do pacote anticorrupção prometido pela presidente Dilma Rousseff no ano passado e anunciando agora para esta semana, após as manifestações populares do último domingo em todo o Brasil. Dallagnol não detalhou que ideias a Procuradoria da República apresentará, mas ressaltou que não se refere a uma reforma política (já que isso é papel do Congresso Nacional) e sim a mudanças estruturais. O procurador lembrou da necessidade de alterações no sistema político e no sistema de justiça criminal.

Conseguir prisões e condenações por enriquecimento ilícito não é tarefa fácil no Brasil e vem daí a admiração pelo número de mandatos de prisão, inquéritos e denúncias apresentados na Lava Jato. Os valores estão sempre sendo atualizados e calcula-se que foram desviados dos cofres da Petrobras cerca de R\$ 2,1 bilhões. Os números da Lava Jato são impressionantes. Nestes 12 meses já foram contabilizados 71 mandados de prisão, 215 de busca e apreensão, mais de 80 inquéritos policiais e 320 procedimentos, 36 pedidos de cooperação jurídica internacional e o repatriamento de R\$ 182 milhões.

O desvio bilionário na Petrobras foi amplamente citado em cartazes de manifestantes que foram às ruas no domingo passado. O curioso é que a resposta mais imediata para quem protestava contra corrupção veio da Polícia Federal de Curitiba, na segunda-feira, com a décima fase da Lava Jato, que resultou em novas prisões, incluindo a do ex-diretor de Serviços da Petrobras, Renato Duque.

18 MAR 2015

FOLHA DE LONDRINA

18 MAR 2015

O ESTADO DE S. PAULO

Zavascki rejeita inclusão de Dilma em investigação

Ministro apontou erros técnicos, como falta de assinatura, em pedido feito pelo PPS e apoiado por Aécio Neves, presidente nacional do PSDB

Tatita Fernandes
Erich Decat/BRASÍLIA

O ministro Teori Zavascki, do Supremo Tribunal Federal (STF), negou ontem recurso protocolado pelo PPS na última sexta-feira que pedia que a presidente Dilma Rousseff (PT) fosse investigada por citação pelos delatores da Operação Lava Jato.

No documento, que foi entregue ao Supremo pelo deputado federal Raul Jungmann (PPS-PE), o partido questionava a decisão da Procuradoria-Geral da República (PGR) de não pedir investigação sobre Dilma.

A decisão de Zavascki ocorreu no mesmo dia em que o senador e presidente nacional do PSDB, Aécio Neves (MG), anunciou que a legenda iria endossar o pedido do PPS. “Amanhã (hoje), a partir de uma iniciativa do PPS, os partidos de oposição estarão buscando se encontrar com o ministro Teori”, afirmou Aécio, antes de saber da decisão do relator. “As oposições, em razão das citações dos depoimentos da delação premiada, vão pedir que se abra investigação em relação à presidente da República.”

Até o fechamento da edição, a assessoria do PSDB não havia se posicionado sobre o despacho do STF rejeitando o pedido.

O presidente do PSDB lembrou do pedido de investigação feito anteontem pelo Ministério Público Federal contra o tesoureiro nacional do PT, João Vaccari Neto. “A denúncia tem como base a afirmação do Mi-

nistério Público, que obviamente poderá, ou não, ser comprovada, que o dinheiro da propina alimentava campanhas eleitorais do PT. Isso é extremamente grave e, se comprovado, teremos um quadro até do ponto de vista jurídico diferente no país”, afirmou o tucano.

Ele fez menção ainda às declarações da presidente Dilma, que considerou, em entrevista coletiva realizada anteontem, que a corrupção é uma “senhora idosa”, em referência ao fato de que ela não ocorreu apenas no período do governo do PT. “A presidente da República tem razão apenas em uma questão, quando ela diz que a corrupção é uma velha senhora no Brasil, uma senhora idosa. É verdade. Só que essa velha senhora nunca se vestiu tão bem, nunca esteve tão assanhada como nestes tempos de PT. Na verdade, essa velha senhora hoje veste Prada e usa uma estrela vermelha no peito”, afirmou o tucano.

Supremo. Ao analisar o pedido do PPS, Zavascki argumentou que a petição foi feita de forma errada, alegando que o agravo regimental é apócrifo (sem autor) e “nem sequer indica quem seria o subscritor, se advogado ou não”.

“Não há identificação alguma, nem mesmo por timbre”, escreveu o ministro em despacho realizado ontem. “A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal impede que se conheça de recurso sem assinatura de advogado”, complementou o ministro.

Além disso, o ministro também negou pedido do PPS para tornar-se parte do processo. Zavascki argumenta que tal solicitação não cabe nessa fase do caso, ainda em inquérito, e que esse tipo de demanda só poderá ser feita quando já houver denúncia formal por meio do Ministério Público e, conseqüentemente, abertura de ação penal.

Ao pedir a abertura dos inquéritos da Operação Lava Jato, o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, informou o STF que Dilma foi mencionada em depoimentos de delação premiada da Operação Lava Jato, mas essas menções não são passíveis de apuração.

Em despacho, Janot explicou que a Constituição não permite que o chefe do Executivo seja investigado por qualquer ato sem relação com o exercício do cargo da Presidência da República, durante a vigência do mandato. No documento, Janot destaca que as referências feitas à presidente nas apurações são relativas a fatos que ocorreram antes de ela assumir o Palácio do Planalto, em 2011. No governo Luiz Inácio Lula da Silva, a petista comandou o Ministério de Minas e Energia e foi titular da Casa Civil.

Despacho

“Não há identificação alguma (no recurso apresentado pelo PPS), nem mesmo por timbre. A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal impede que se conheça de recurso sem assinatura de advogado”

Teori Zavascki
MINISTRO DO STF

18 MAR 2015

O ESTADO DE S. PAULO

Onda de rebeliões em presídios leva Força Nacional ao RN

Governador decretou situação de calamidade no sistema carcerário; houve ataque a cinco ônibus anteontem à noite

Marco Antônio Carvalho
Anna Ruth Dantas

ESPECIAL PARA O ESTADO / NATAL

O governador do Rio Grande do Norte, Robinson Faria (PSD), decretou ontem situação de calamidade do sistema carcerário por causa de motins de detentos em nove presídios desde o fim semana. Pela manhã, o Ministério da Justiça enviou 79 agentes da Força Nacional de Segurança a Natal – mais 200 homens eram esperados até o fim da noite. Anteontem, o pânico chegou às ruas, quando cinco ônibus foram tomados por criminosos e incendiados.

As rebeliões começaram no domingo. Detentos da Penitenciária de Alcaçuz divulgaram um vídeo e uma carta na internet nos quais pedem a instalação de uma televisão e um ventilador em cada cela, além de assistência médica regular e o aumento do número de visitas semanais de uma para duas. Faria afirmou que não atenderá a nenhuma das reivindicações.

De acordo com levantamento do governo, uma estrutura equivalente a mil vagas do sistema prisional potiguar foi destruída em Alcaçuz e na Penitenciária de Parnamirim, na Grande Natal, e na Cadeia Pública, na zona norte da capital. Colchões foram queimados e celas, depredadas. Ainda ontem houve motins nos Presídios de Mossoró e de Caicó, a 280 e 270 km da capital, respectivamente.

O governador disse ter pedido auxílio da Força Nacional após analisar um relatório que detalhou a ação dos rebeldes. Em meio à crise, o secretário de Justiça e Cidadania – pasta responsável pelos presídios –, Zaidem Heronildes, pediu exonera-

ção e a delegada Kalina Leite, titular de Segurança e Defesa Social, assumiu o posto.

Kalina disse que não há “nenhuma possibilidade de negociação”. “O preso tem uma norma a seguir, que é por meio do processo judicial. Ele tem de ficar encarcerado com as normas da Lei de Execução Penal. O Poder Executivo não pode intervir de forma alguma”, disse.

A secretária afirmou também que o setor de inteligência trabalha para identificar de onde estão partindo as inquietações e a “determinação de incomodar a sociedade”. A pasta apura se há ligação entre os motins e os ataques aos ônibus.

Um dos suspeitos de incendiar um micro-ônibus em Parnamirim revelou, segundo a Polícia Civil, que a ordem partiu da Penitenciária de Alcaçuz, onde, no vídeo, os presos dizem ter ligação com o Primeiro Comando da Capital (PCC). Eles fazem uma ameaça: “Todas as cadeias do Rio Grande do Norte vão derrubar as grades”.

Repercussão. A crise repercutiu na Assembleia Legislativa. O presidente da Casa, deputado Ezequiel Ferreira (PMDB), disse que o governo está sendo enérgico para combater o crime. “O sistema prisional vem em colapso há anos e o governo está dando uma demonstração de firmeza e coragem. Algumas medidas já foram adotadas para restabelecer a normalidade.”

O juiz da Vara de Execuções Penais de Natal, Henrique Baltazar Vilar dos Santos, expressou, porém, preocupação com crise no Estado.

“Tenho avisado há muito tempo que isso terminaria acontecendo. Temos uma situação de superpopulação e os presos fazem exigências corretas. Agora, as organizações criminosas aproveitam a oportunidade para demonstrar força”, afirmou.

o superlotação

7,7 mil

é a população carcerária do Estado do Rio Grande do Norte atualmente. As unidades prisionais têm superlotação, segundo a Justiça estadual.

3,7 mil

é a capacidade dos presídios do Estado. A superlotação é mais de duas vezes maior do que a oferta de vagas.

Presidente do TJ critica violação de direitos humanos

O presidente do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte (TJ-RN), desembargador Claudio Santos, disse ontem que a manutenção da ordem pública e a segurança do cidadão são as questões primordiais neste momento no Estado, em meio à crise das rebeliões no sistema carcerário.

Ele também destacou que o Poder Executivo deve refletir “sobre a não observância ou efetivação dos direitos humanos e da dignidade da pessoa humana que tem sido continuamente desrespeitada no sistema prisional do Rio Grande do Norte”.

O desembargador disse que o Judiciário tem acompanhado com preocupação, há muitos anos, a questão penitenciária. Ele adotou algumas medidas, como a interdição de vários estabelecimentos, relatando ao Conselho Nacional de Justiça situação de calamidade, que a seu ver já está instalada “há muito tempo e agora está decretada”. /

A.R.D., ESPECIAL PARA O ESTADO

18 MAR 2015

JORNAL DO ÔNIBUS

Gaeco denuncia diretores do Tribunal de Contas

Seis pessoas foram notificadas por fraude em licitação



O Gaeco denunciou três diretores do Tribunal de Contas do Paraná (TCE-PR) por fraude à licitação e corrupção ativa e passiva, de acordo com comunicado divulgado nesta terça-feira (17). Entre os denunciados estão o coordenador-geral do Tribunal, Luiz Bernardo Dias Costa, Angelo Jose Bizineli (diretor-Geral), Juliano Woellner Kintzel (Diretoria de Licitações), David Natanael Cheriegati (ex funcionário e intermediário, também ex-deputado estadual) e os empresários Edenelso Rossi e Pedro Henrique Rossi Arnaldi.

O valor da obra estava estimada inicialmente em R\$ 40,831 milhões. A ação dos acusados teve início em novembro de 2013, quando a construção do prédio foi definida, e durou até 18 de junho de 2014 – data da deflagração da operação que resultou em prisões, buscas e apreensões na sede do TCE e em outros endereços, além de conduções coercitivas determinadas pela Justiça. ●

18 MAR 2015

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Toffoli assume vaga em colegiado do Supremo

O ministro Dias Toffoli assumiu ontem (17) uma cadeira na Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal (STF), colegiado que vai julgar as ações da Operação Lava Jato. Na semana passada, os ministros que compõem o colegiado decidiram convocar um integrante da Primeira Turma para ocupar a vaga deixada pelo ministro Joaquim Barbosa, que se aposentou em julho do ano passado. A medida foi tomada porque a presidenta Dilma Rousseff ainda não indicou um nome para o lugar de Barbosa no tribunal.

Toffoli assume vaga deixada por Joaquim Barbosa, que se aposentou em agosto. Arquivo/Agência Brasil. Ao assumir a vaga, Toffoli disse que a mudança não foi “uma decisão fácil”, porque foi na Primeira Turma que ele participou de sua primeira sessão como juiz do Tribunal.

O ministro Gilmar Mendes elogiou a solução encontrada para completar o colegiado. “Imaginávamos que a não transferência de um membro da Primeira Turma para a Segunda ocasionaria uma pressão ímpar, um questionamento intenso sobre o colega que viesse a ser escolhido, tendo em vista a tensão política que se torna mais pronunciada. Por isso, acredito que esta solução que se encontrou deve ser elogiada.”

Com a decisão, além de participar do julgamento dos processos que envolvem políticos citados na Operação Lava Jato, Toffoli presidirá a Segunda Turma a partir de maio, quando acaba o mandato do ministro Teori Zavascki na presidência da turma. Os ministros Cármen Lúcia e Celso de Mello também fazem parte do

colegiado. A transferência foi assinada na semana passada pelo presidente do Supremo, Ricardo Lewandowski.

18 MAR 2015

BEMPARANÁ

PAINEI

Doméstico

Enfermeiro que atua como cuidador de idoso é considerado empregado doméstico. O entendimento é do juiz titular da 3ª Vara do Trabalho de Brasília.

Doença

Trabalhador que é afastado por doença durante o aviso prévio indenizado não pode ser dispensado. O entendimento é da 6ª Turma do TST.

Carta-fiança

Empresa não pode exigir carta-fiança como condição para a contratação de empregado. O entendimento é da 2ª Turma do TRT da 4ª Região.

Prisão

A Procuradoria Geral da República propôs ação do STF pedindo o fim da prisão especial para pessoas com ensino superior alegando que "não existe autorização constitucional para separar cidadão presos porque uns são mais instruídos do que outros".

Pirâmide

Aliciar pessoa para fazer parte de pirâmide financeira é ato ilícito civil e crime estelionato. O entendimento é do juiz o da Comarca de Bujari (AC).

Diploma

Certidão de conclusão de curso tem o mesmo efeito de diploma e pode ser aceita para comprovação de graduação em concurso público. O entendimento é da 4ª turma do TRF da 3ª Região.

Sucumbência

Não há no Código de Processo Civil nenhum dispositivo que obrigue o sucumbente a ressarcir os honorários acordados entre a parte vencedora e seu advogado. O entendimento é da 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais de Pernambuco.

18 MAR 2015

BEMPARANÁ

Juiz Moro autoriza CPI a ouvir Renato Duque

O juiz federal Sérgio Moro aceitou ontem o pedido da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Petrobras para ouvir o ex-diretor de Serviços da empresa Renato Duque na sede da Polícia Federal em Brasília. Moro determinou que a apresentação seja amanhã às 9h30. De acordo com o despacho, o local do depoimento será definido diretamente entre a CPI e a Polícia Federal. Um ato da Mesa Diretora da Câmara proíbe que pessoas presas prestem depoimento na Casa.

Duque foi preso na segunda-feira porque movimentou dinheiro em contas no exterior. Ele transferiu 20 milhões de euros da Suíça para Mônaco, em uma possível tentativa de esconder o dinheiro dos investigadores da operação Lava Jato. A Polícia Federal deflagrou na segunda, a décima fase da Operação Lava Jato. Renato Duque foi preso, novamente, em sua casa no Rio de Janeiro e levado para a Superintendência da PF em Curitiba.

Na decisão, Moro ressaltou que os integrantes da comissão devem garantir a Duque direito ao silêncio. "De forma desnecessária e redundante, consigno, não obstante, que a Renato Duque devem ser garantidos os direitos inerentes à condição de acusado/investigado, inclusive direito ao silêncio e à assistência pelo defensor constituído", disse o juiz.

Devido a uma decisão da Mesa Diretora da Câmara, que proíbe o depoimento de presos nas dependências da Casa, a comissão solicitou ao juiz ouvir Renato Duque nas dependências da polícia ou do Ministério Público Federal. Segundo o deputado Rubens Bueno (PPS), o depoimento deve ser feito na sede da Polícia Federal, em Brasília.

Além de Duque, serão ouvidas mais duas pessoas. Na quinta-feira da semana que vem, dia 26, será ouvido Julio Faerman, representante da SBM Offshore no Brasil. No dia 31, Glauco Legatti, ex-gerente-geral da refinaria Abreu e Lima.